REQUERIMENTO

(Do Senhor Hugo Leal)

Requer a realização de seminário, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados, que aborde o disposto no Art. 34 da Constituição Federal.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 17, inciso VI, I, e art. 24, inciso XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exa. seja realizado seminário, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados, que aborde o disposto no Art. 34 da Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, em pronunciamento no Plenário desta Casa, diante do agravamento da crise enfrentada pelo Estado do Rio de Janeiro, em especial no que tange à administração das finanças públicas - sem prescindir da segurança pública - manifestei-me quanto ao estabelecido em nossa Carta Magna, ao qual destaco seu Art. 34. que estabelece: "A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

I - manter a integridade nacional;

(...)

IV - garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;

V - reorganizar as finanças da unidade da Federação que:

a) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior;

b) deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei;

(...)

VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:

(...)

e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais,”

É fato, também, que este parlamento tem se mantido atento às suas competências e buscado alternativas ao socorro dos Estados, não só do Rio de Janeiro, mas também aos demais, como é o caso do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Prova disto é a recente aprovação do Projeto de Lei Complementar 343/2017, do Poder Executivo, que Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

Todavia, o debate sobre a intervenção federal está posto, haja vista manifestação, no próximo passado, da Senhora Presidente do Supremo Tribunal Federal - STF, Ministra Carmen Lúcia, versando sobre o tema: “Com a intervenção o que se quer é voltar a um estado de normalidade”, ainda que, segundo veículo de circulação nacional, a ministra “afirmou, sem dar detalhes, que a Constituição brasileira prevê a possibilidade ainda de intervenção”.

Contribuindo com a discussão, o também Ministro do STF, Ricardo Lewandowski, destacou em artigo que “Uma federação assegura aos seus membros as vantagens da unidade preservando a respectiva diversidade. Esse equilíbrio é mantido por instrumentos que vão desde a solução de dissensões internas por um tribunal especializado até a intervenção do governo central nas unidades federadas”.

Igualmente, fato concreto, o Exmo. Sr. Procurador Rodrigo Janot, propôs representação por intervenção federal ao STF, uma vez que “a situação excepcional de colapso institucional – por afastamento da maioria dos conselheiros do TCE/RJ e

por convocação irregular de auditores substitutos, de forma contrária à lei – compromete a atuação do órgão administrativo e acarreta prejuízo às suas decisões, enquanto perdurar o impedimento de substituição de mais de um conselheiro por auditor substituto.

Segundo o Procurador, tal situação “Possui gravidade suficiente para dar ensejo a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, com o fim de normalizar o funcionamento do TCE/RJ e, dessa forma, viabilizar, sem posterior comprometimento, o funcionamento do sistema de prestação de contas pela administração pública direta e indireta”.

Tais fatos ensejaram que este parlamentar, Coordenador da Bancada do Estado do Rio de Janeiro, apresentasse em reunião a proposta para que haja semelhante intervenção junto às áreas de Saúde e Segurança Pública no Estado. Culminando em ofício transcrito a seguir, a solicitação encaminhada conta com a subscrição de outros deputados.

Ademais, outros representantes dos poderes Executivo e Legislativo, federais e estaduais, têm exposto seus posicionamentos acerca da possibilidade. Por isso, senhor presidente, externo minha mais profunda preocupação e rogo por sua consideração para realização de seminário nesta Casa que tenha como mote o objeto deste requerimento, para o qual sugiro sejam convidados os ministros do STF acima referidos e o Sr. Procurador-Geral.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 2017.

Deputado **Hugo Leal**
PSB/RJ

Transcrição do ofício encaminhado ao Sr. Procurador-Geral

Ofício nº 045/2017 – GDHL/BSB

Brasília, 03 de maio de 2017.

À Sua Excelência o Senhor
Rodrigo Janot
Procurador-Geral da República

Assunto: Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro – Saúde e Segurança

Senhor Procurador,

Em seu Título III, ao tratar Da Organização do Estado, particularmente quanto ao disposto no Capítulo VI, que dispõe sobre a excepcionalidade e os ditames da Intervenção Federal, a Carta Magna brasileira, em seu art. 34, elenca as hipóteses autorizadoras com fulcro em aspecto material, quais sejam, para:

I - manter a integridade nacional; II - repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra; III - pôr termo a grave comprometimento da ordem pública; IV - garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação; V - reorganizar as finanças da unidade da Federação que: a) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior; b) deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei; VI - prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial; VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático; b) direitos da pessoa humana; c) autonomia municipal; d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta; e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais,

compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

Face ao disposto, ainda que, segundo a doutrina, possam-se caracterizar os chamados “conceitos jurídicos indeterminados”, o conjunto de motivos autorizadores da intervenção federal constitui rol taxativo, posto que somente pode haver intervenção nas possibilidades consideradas válidas pela própria Constituição, face ao ensejo da normalidade do Estado federal e primor do funcionamento federativo, preservadas as competências de seus entes. Destarte, a taxatividade limita-se à lei e à temporalidade, rol *nemerus clausus*, necessários a assegurar tal normalidade e competências, assim que restabelecido o equilíbrio e conseqüente autonomia federativa.

Todavia, imprescindível exemplificar a excepcionalidade do Estado do Rio de Janeiro. Neste momento, publica e sabidamente sob forte instabilidade política e impossibilitado de, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil, “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar”, implicando, “*pôr termo a grave comprometimento da ordem pública*”; (CF/88, art. 34., V).

A saber, **comprometimento da ordem pública**:

O Estado do Rio de Janeiro tem enfrentando graves dificuldades financeiras e operacionais para a redução dos altos índices de criminalidade, agravando, “ao longo dos anos, a quantidade de ocorrências de **roubo de cargas** vem aumentando consideravelmente”, segundo Relatório de Acompanhamento do Roubo de Cargas nas Rodovias Federais do Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2015 e 2017 (anexo).

De acordo com o relatório, “comparando as quantidades de ocorrências entre os anos de 2015 e 2016, podemos observar um aumento total de 92,56% dessas ocorrências, sendo as rodovias mais impactadas a rodovia BR 116 (Dutra), com um aumento de 100,00% das ocorrências em relação ao ano anterior; a rodovia BR 040 (Washington Luiz), com um aumento de 88,62% nas ocorrências; a rodovia BR 101

(Norte), com um aumento de 151,85% das ocorrências; BR 493 (Arco Metropolitano), com um aumento de 120,00%; e a rodovia BR 116(Rio Magé), com um aumento de 30,23% nas ocorrências.

Podemos destacar ainda um aumento expressivo no número de ocorrências de roubo a carga na BR 465, com aumento em 142,42% nas ocorrências. Houve uma redução das ocorrências nas rodovias BR 116 (Rio-Teresópolis) e BR 393 entre 2015 e 2016, porém não sendo suficiente para reduzir o quantitativo total de ocorrências.

Concomitantemente, os **crimes violentos e roubos** de rua disparam no Estado. Os casos de letalidade violenta tiveram um aumento de 23% em julho de 2016 (período de referência) em comparação com o mesmo período de 2015 - dados contabilizados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP).

Os **roubos de rua** tiveram 4 mil casos a mais no mês de julho de 2016 se comparado com 2015, o que representa um aumento de 66%. Ainda sobre os casos de roubo de rua, se os dados dos seis primeiros meses de 2016 forem comparados aos de 2015 é possível observar um aumento de 19,2 mil casos de um ano para o outro.

Os **roubos em coletivos** aumentaram 90% no estado, com mais de 540 casos do que em julho de 2015. O índice se torna ainda maior se os números levarem em conta o período de janeiro a julho porque se observa um aumento de 57,2% destes casos de 2015 para 2016.

Vale esclarecer que a Secretaria Estadual de Segurança Pública – SESGE/RJ, a partir desses altos índices e de inúmeras reclamações da população, instituiu o Regime Adicional de Serviço - RAS para que assim, a partir do pagamento da gratificação de encargos especiais, consoante descrito no Decreto nº 43.538 de 03 de abril de 2012, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referidos órgãos integrantes da Segurança Pública ampliassem o seu efetivo para pronto emprego em suas ações.

Também foi instituído o Programa Estadual de integração na Segurança (PROEIS), o qual, seguindo a mesmo objetivo do RAS (melhorar a remuneração dos policiais e aumentar o efetivo nas ruas e a segurança da população), permite que os

policiais militares possam trabalhar voluntariamente em seu horário de folga mediante gratificação em outros entes da federação, como p. ex. pelas Prefeituras do Estado.

Contudo, os referidos programas encontram-se atualmente comprometidos em função da crise financeira instalada no referido Estado-membro, a qual foi tornada pública a partir da declaração de Calamidade Pública pelo Governo do Estado (Decreto Estadual nº 45.692/2016).

A situação se tornou ainda mais grave com os atrasos no pagamento dos salários dos servidores e das pensões, o que têm provocado paralisações nas delegacias e grandes manifestações nos batalhões.

Ações e serviços públicos de saúde:

Some-se ao “grave comprometimento da ordem pública”, a drástica situação da Saúde, *substanciada* pela não “aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde” (CF/88, art. 34., VII, e).

Por isso, segundo informação da Procuradoria da República no Rio de Janeiro, “o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública, com pedido de liminar, contra o Governo do Estado do Rio, para que a União retenha parcialmente os valores correspondentes ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) com o repasse direto da importância retida ao Fundo Estadual de Saúde, de forma a assegurar os recursos financeiros necessários para o investimento obrigatório em ações e serviços públicos de saúde.

O Estado do Rio de Janeiro deixou de transferir ao Fundo Estadual de Saúde a totalidade dos recursos financeiros destinados a investimentos obrigatórios em saúde pública, nos termos previstos na Constituição Federal, colocando em **risco a continuidade dos serviços de saúde**, com evidente prejuízo aos usuários do SUS. Conforme constatado, não foram destinadas no ano de 2016 as verbas estaduais de destinação **obrigatória para a saúde na ordem de R\$ 2.505.516.126,73.**

“A dramática situação do financiamento da saúde pública fluminense no exercício de 2016 se soma ao quadro igualmente drástico observado até o exercício de 2015, objeto de ação civil pública proposta no ano passado, quando já se havia apurado restos a pagar de 2013, 2014 e 2015 em montante superior a R\$ 1 bilhão. O Estado não pode simplesmente dizer que não vai empenhar, nem pagar o percentual mínimo constitucional. Isso porque se trata de verbas obrigatórias, por força da regra constitucional ou de pactuação no SUS, e a falta do repasse devido acarreta inegáveis prejuízos à adequada prestação dos serviços de saúde, culminando na interrupção parcial ou plena paralisação de serviços e gerando maiores agravos à saúde e à vida da população usuária do SUS”.

Resultante disso, o recrudescimento da crise na Saúde Pública, impossibilitada de, conforme a Carta Magna em seu Art. 6º, assegurar direitos sociais à saúde e também “*assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: b) direitos da pessoa humana; c) autonomia municipal*”; (CF/88, art. 34., VII, b). Ressalte-se a dependência econômica dos entes municipais de recursos federais no atendimento da saúde pública.

Ainda, segundo informações de periódico de circulação nacional “a crise no Estado provocou atrasos nos pagamentos às Organizações Sociais, e isso se traduziu em menos médicos e menos remédios para a população. Em alguns postos, segundo o Conselho Regional de Medicina (Cremerj), o número de profissionais foi cortado à metade. Pacientes relatam que as farmácias estão esvaziadas e que não há reposições de insumos. Há seis meses eles não recebem medicamentos para levar para casa. Médicos e enfermeiros estão sobrecarregados. O número de vigilantes também foi reduzido, deixando as equipes inseguras”.

Quando observadas as questões tipicamente de ordem econômica, as finanças do Estado do Rio de Janeiro tornaram indispensável a aprovação do Projeto de Lei Complementar 343/2017, do Poder Executivo federal, que Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências. Ou seja, “*reorganizar as finanças da unidade da Federação*” (CF/88, art. 34., V). Entretanto, a medida, que embora possa permitir que o Estado assegure a disponibilidade de crédito, não soluciona definitivamente a questão.

Em outro viés e mais recentemente, essa Procuradoria-Geral da República, também com fundamento no artigo 34 – por vezes, supramencionado –, e artigo 36, inc. III, da Constituição da República, além do art. 46, parágrafo único, inc. II, da Lei Complementar 75, de 20 de maio de 1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), e no art. 2º da Lei 12.562, 23 de dezembro de 2011, propôs representação por intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, “tendo em conta a situação de notório comprometimento do regular funcionamento do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, decorrente do acolhimento, pelo Superior Tribunal de Justiça, de medida cautelar de afastamento de cargo público”.

Pelo exposto, Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, os Deputados Federais da Bancada do Estado do Rio de Janeiro, abaixo subscritos, igualmente embasados no art. 34 da Constituição Federal, vêm requerer que essa Procuradoria encaminhe representação por intervenção federal junto ao Supremo Tribunal Federal a fim de sanar e assegurar a eficiência na prestação dos serviços públicos na área de Saúde e Segurança no Estado.

Atenciosamente,

HUGO LEAL

Deputado Federal - PSB/RJ